Trevisa Investimentos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional

A Trevisa Investimentos S.A. é uma empresa de capital aberto, com sede em Porto Alegre – RS. A atividade preponderante está voltada à participação no capital das empresas controladas Navegação Aliança Ltda., Trevo Florestal Ltda. e Trevisa Operadora Portuária Ltda. Atua, também, na locação de conjuntos comerciais.

2 Bases de preparação das demonstrações financeiras

2.1 Declaração de conformidade

As presentes demonstrações financeiras incluem as demonstrações financeiras consolidadas, preparadas conforme as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), bem como as demonstrações financeiras individuais da controladora preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

As demonstrações financeiras individuais da controladora foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), e para o caso da Companhia, essas práticas diferem das IFRS, aplicáveis para demonstrações financeiras separadas, em função da avaliação dos investimentos em controladas pelo método de equivalência patrimonial no BR GAAP, enquanto para fins de IFRS seria pelo custo ou valor justo.

Contudo, não há diferença entre o patrimônio líquido e o resultado consolidado apresentado e o patrimônio líquido e resultado da controladora em suas demonstrações financeiras individuais. Assim sendo, as demonstrações financeiras consolidadas e as demonstrações financeiras individuais da controladora estão sendo apresentadas lado a lado em um único conjunto de demonstrações financeiras.

Em reunião realizada em 25 de março de 2013 a Administração aprovou e autorizou a divulgação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas encerradas em 31 de dezembro de 2012.

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Navegação Aliança Ltda., Trevo Florestal Ltda. e Trevisa Operadora Portuária Ltda.

a. Moeda funcional e moeda de apresentação

A Administração da Companhia definiu que sua moeda funcional é o real de acordo com a NBC TG 02 — Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Financeiras. Todas as informações contábeis apresentadas em milhares de Reais foram arredondadas para o número mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

b. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer o uso de certas estimativas contábeis por parte da Administração da Companhia. Essas estimativas levaram em consideração experiências de eventos passados e correntes, pressupostos relativos a eventos futuros e outros fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para a determinação dos valores adequados a serem registrados nas demonstrações financeiras.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre incertezas, premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota Explicativa 07 Valor justo sobre o custo de formação dos ativos biológicos
- Nota Explicativa 16 Provisão para contingências

c. Demonstração do valor adicionado ("DVA")

A legislação societária brasileira requer a apresentação obrigatória da demonstração do valor adicionado como parte do conjunto das demonstrações financeiras apresentadas pela Companhia. Esta demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante os períodos apresentados.

A DVA foi preparada seguindo as disposições contidas na NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado e com base em informações obtidas dos registros contábeis da Companhia, que servem como base de preparação das demonstrações financeiras.

d. Base de consolidação

Controladas

As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir. As políticas contábeis de controladas estão alinhadas com as políticas adotadas pelo Grupo.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora as informações financeiras de controladas, assim como as coligadas, são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

As demonstrações financeiras consolidadas apresentam os resultados da Controladora e suas controladas, "Grupo", como se constituíssem uma única entidade. As transferências entre as partes relacionadas e os saldos entre as empresas do grupo são, portanto, integralmente eliminados.

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com os princípios de consolidação da legislação societária brasileira, especialmente a NBC TG 36 — Demonstrações Consolidadas, compreendendo informações da controladora e de suas controladas.

Na elaboração das informações consolidadas foram eliminados todos os saldos das contas patrimoniais, receitas e despesas decorrentes de negócios realizados entre as empresas, bem como dos investimentos da controladora contra o patrimônio líquido das controladas.

2.2 Resumo das principais práticas contábeis

a. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem os numerários em espécie, depósitos bancários disponíveis e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor.

b. Instrumentos financeiros

i. Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia baixa um ativo financeiro, quando os direitos contratuais dos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando são transferidos os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo individual.

Os ativos financeiros são compensados, e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A Companhia tem os seguintes ativos financeiros não derivativos:

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

ii. Passivos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece passivos financeiros inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

Os passivos financeiros são compensados, e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: financiamentos e empréstimos, fornecedores e outras contas a pagar.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

iii. Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia e suas controladas não participam de operações envolvendo derivativos.

c. Contas a receber de clientes

As contas a receber são registradas e mantidas pelo valor nominal dos títulos decorrentes de vendas de serviços, produtos e locações. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída com base em análise individual dos valores a receber e em montante considerado pela Administração suficiente para cobrir eventuais perdas na sua realização.

O ajuste a valor presente do saldo a receber de clientes não é relevante devido ao curto prazo de recebimento. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante, caso contrário, são apresentadas no ativo não circulante.

d. Estoques

Os estoques são representados por materiais de uso e consumo utilizados na manutenção das embarcações, na controlada Navegação Aliança Ltda. Estão demonstrados pelo custo médio de aquisição, líquido dos impostos compensáveis quando aplicável, sendo inferior aos valores de realização.

e. Empresas relacionadas (controladora)

O saldo representa valores a receber das controladas, oriundos de operações envolvendo créditos e pagamentos de lucros distribuídos de controladas.

f. Ativos biológicos

Os ativos biológicos, registrados na controlada Trevo Florestal Ltda., são representados por florestas de eucalipto, pinus e rebanho de gado. São mensurados ao valor justo, deduzidos dos custos estimados de venda.

O ganho ou perda na variação do valor justo dos ativos biológicos é reconhecido no resultado no período em que ocorrem em linha específica da demonstração do resultado, denominada "Variação do valor justo dos ativos biológicos".

O aumento ou diminuição no valor justo é determinado pela diferença entre os valores justos dos ativos biológicos no início do período e no final do período avaliado.

O valor dos novos ajustes, apurados pelas novas avaliações, contabilizado no resultado do exercício, será, por ocasião da distribuição de lucros, alocado na conta de retenção de lucros no patrimônio líquido, até a sua efetiva realização financeira e econômica.

A exaustão é calculada com base no corte das florestas e o custo do gado vendido pelo número de animais vendidos.

g. Propriedade para investimento

Propriedade para investimento é a propriedade mantida para auferir receita de aluguel ou para valorização de capital ou para ambos, mas não para venda no curso normal dos negócios, utilização na produção, fornecimento de produtos ou serviços e para propósitos administrativos. A propriedade para investimento é mensurada pelo custo no reconhecimento inicial e subsequentemente ao valor justo. Alterações no valor justo são reconhecidas no resultado.

O custo inclui despesa que é diretamente atribuível à aquisição de uma propriedade para investimento. O custo da propriedade para investimento construída pelo proprietário inclui os custos de material e mão de obra direta, qualquer custo diretamente atribuído para colocar essa propriedade para investimento em condição de uso conforme o seu propósito e os juros capitalizados dos empréstimos.

Ganhos e perdas na alienação de uma propriedade para investimento (calculado pela diferença entre o valor liquido recebido e o valor contábil) são reconhecidos no resultado do exercício. Quando uma propriedade para investimento previamente reconhecida como ativo imobilizado é vendida, qualquer montante reconhecido em ajuste de avaliação patrimonial é transferido para lucros acumulados.

Quando a utilização da propriedade muda de tal forma que ela é reclassificada como imobilizado, seu valor justo apurado na data da reclassificação se torna seu custo para a contabilização subsequente.

h. Investimentos em controladas

São avaliados pelo método de equivalência patrimonial no balanço individual, em decorrência da participação da Companhia nestas empresas. As demonstrações financeiras das controladas são elaboradas para o mesmo período de divulgação que o da controladora e as práticas contábeis são as mesmas adotadas pela controladora.

i. Imobilizado

O ativo imobilizado é demonstrado pelo custo de aquisição ou construção, deduzido da depreciação acumulada, calculada pelo método linear, considerando-se a estimativa da vida útil-econômica dos respectivos componentes. As taxas anuais de depreciação estão mencionadas na Nota Explicativa 10. Se o valor contábil de um ativo for maior do que seu valor recuperável, constitui-se uma provisão para *Impairment* de modo a ajustá-lo ao seu valor recuperável estimado. Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas" na demonstração do resultado.

A Companhia e suas controladas não possuem bens do ativo imobilizado que espera abandonar ou alienar e que exigiriam a constituição de provisão para obrigações por descontinuação de ativos. Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

j. Impairment de ativos não financeiros

Os ativos, que estão sujeitos à amortização ou depreciação, são revisados para a verificação de *Impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *Impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso.

O *Impairment* dos ativos não financeiros é revisado anualmente na data das demonstrações financeiras.

k. Fornecedores

Os valores a pagar aos fornecedores são obrigações decorrentes de bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificados como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, os valores a pagar são apresentados como passivo não circulante.

Estas obrigações são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo, amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, devido ao curto prazo de pagamento são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

l. Custos de empréstimos

Custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção de um ativo qualificável, que necessariamente requer um período longo para ser concluído são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo até sua conclusão. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos.

m. Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Dentre as provisões levantadas, se encontram as provisões trabalhistas, cíveis e outras as quais são provisionadas mediante avaliação de perda provável dos processos judiciais de acordo com a opinião dos assessores jurídicos e da Administração das empresas. Essa avaliação é feita considerando a natureza dos processos em questão, similaridades com causas julgadas anteriormente e andamento do julgamento das causas.

n. Imposto de renda e contribuição social

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos correntes e são reconhecidas na demonstração do resultado.

O encargo de imposto de renda e contribuição social corrente é calculado com base na legislação tributária brasileira em vigor, através do regime do lucro real na controladora e na controlada Navegação Aliança Ltda. e pelo regime de lucro presumido na controlada Trevo Florestal Ltda.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos registrados no passivo não circulante são representados por:

- Impostos sobre a reserva de reavaliação contabilizados na controlada Navegação Aliança Ltda. O valor do imposto quando realizado é revertido para resultado.
- Impostos sobre valor justo de propriedade para investimentos na controladora e terra nua contabilizado na controlada Trevo Florestal Ltda.

o. Receita operacional

A receita operacional da venda de bens, serviços e locações no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade dos bens foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a Companhia, de que os custos associados e a possível devolução de mercadorias podem ser estimados de maneira confiável, de que não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável. Caso seja provável que descontos serão concedidos e o valor possa ser mensurado de maneira confiável, então o desconto é reconhecido como uma redução da receita operacional conforme as vendas são reconhecidas.

O momento correto da transferência de riscos e benefícios varia dependendo das condições individuais do contrato de venda e locação.

p. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem juros de rendimentos sobre aplicações financeiras, reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras incluem os juros efetivos sobre empréstimos calculados pelo prazo decorrido.

3 Caixa e equivalentes de caixa

A Companhia e suas controladas, seguindo as políticas de aplicações de recursos, têm realizado suas aplicações financeiras em investimentos de baixo risco e mantidos em instituições financeiras de primeira linha. São considerados como equivalente de caixa devido a sua liquidez imediata junto às instituições financeiras.

	Control	adora	Consolidado		
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011	
Saldos bancários Aplicações Financeiras	24 457	67 6	259 4.848	217 2.595	
	481	73	5.107	2.812	

As aplicações financeiras correspondem a Certificados de Depósitos Bancários – CDBs e são remuneradas pela variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI.

4 Clientes

A composição do saldo de clientes está a seguir demonstrada:

	Contro	oladora	Consolidado		
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011	
Vencidos	-	-	305	597	
A vencer de partes relacionadas	44	40	-	-	
A vencer	246	219	1.490	1.441	
	290	259	1.795	2.038	
Provisão para créditos de liquidação duvidosa				(11)	
=	290	259	1.795	2.027	

Não é feito ajuste a valor presente dos valores a receber de clientes, devido ao curtíssimo prazo no seu recebimento, aproximadamente 5 dias na controladora e de 30 dias nas controladas.

Do valor total vencido no consolidado em 2012, R\$ 147 está vencido há menos de 16 dias, R\$ 49 vencidos entre 16 e 30 dias e R\$ 109 acima de 30 dias.

5 Estoques

Os estoques no consolidado são representados por materiais de uso e consumo utilizados na manutenção das embarcações. Estão demonstrados pelo custo médio de aquisição, liquido dos impostos compensáveis quando aplicável, sendo inferior aos valores de realização.

6 Empresas relacionadas

Controladora

	Navegação Aliança	Trevo Florestal	Total 31/12/2012	Total 31/12/2011
Ativo circulante				
Contas a receber	42	2	44	40
Ativo Não Circulante Partes relacionadas		2.108	2.108	1.901
Passivo Circulante				
Partes relacionadas	32		32	
<u>Demonstração do Resultado</u> Receita de aluguel	275	14	289	296

A Companhia não possui transações relevantes com partes relacionadas, além da destinação de dividendos para acionistas e recebimento de lucros e de alugueis das controladas.

7 Ativos biológicos

Os ativos biológicos no consolidado são formados por 243 mil metros cúbicos de florestas de pinus pronto para corte, disponíveis numa área de 652 hectares, 605 mil metros cúbicos de eucalipto prontos para corte numa área de 1.179 hectares, florestas de pinus e eucalipto em formação, distribuídas numa área equivalente a 3.676 hectares e 613 cabeças de gado. O saldo dos ativos biológicos da controlada é composto pelo custo de formação das florestas e rebanho de gado acrescido do diferencial do valor justo sobre o custo de formação, para que o saldo de ativos biológicos como um todo seja registrado a valor justo, deduzidos dos custos necessários para colocação dos ativos em condição de uso ou venda. Demonstramos no quadro a seguir a movimentação da conta a partir de 31 de dezembro de 2010:

	Ativos biológicos			
	Florestas	Gado	Total	
Saldo em 31 de dezembro de 2010	34.963	550	35.513	
Aplicações em florestas em formação	476	-	476	
Baixa do custo da venda de animais	-	(167)	(167)	
Exaustão de florestas	(4.244)	-	(4.244)	
Ajuste a valor justo	3.616	40	3.656	
Saldos em 31 de dezembro de 2011	34.811	423	35.234	
Aplicações em florestas em formação	848	-	848	
Exaustão de florestas	(3.057)	-	(3.057)	
Baixa do custo da venda de animais	-	(44)	(44)	
Ajuste a valor justo	3.404	179	3.583	
Saldos em 31 de dezembro de 2012	36.006	558	36.564	

Os ativos biológicos estão apresentados pelo seu valor justo. A avaliação da Floresta foi realizada por empresa de consultoria independente, a qual emitiu laudo técnico de avaliação para a data base de 31 de dezembro de 2012, o qual foi aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia.

A avaliação dos ativos biológicos por seu valor justo considera certas estimativas, tais como, o preço de venda, taxas de desconto, plano de corte e considera uma taxa de desconto de 12% a.a. As estimativas estão sujeitas a incertezas, podendo gerar efeitos nos resultados futuros em decorrência de suas variações.

Os investimentos em florestas representam os custos na formação e manutenção de novos hortos florestais.

A exaustão e o custo dos animais vendidos são realizados pelo seu valor justo e considera o volume cortado e o número de animais vendidos.

As florestas possuem cobertura de seguro contra fogo na ordem de R\$ 17 milhões, representando aproximadamente 47% do valor justo. A Administração da controlada, com base em um trabalho técnico de gerenciamento de risco, aliado a disposição de seus hortos florestais e outras medidas tomadas para reduzir riscos de incêndio, entende que é remota a possibilidade de perda total em caso de sinistro.

Todos os ativos biológicos estão desonerados.

8 Propriedade para investimento

Representa o imóvel de propriedade da controladora localizado em Porto Alegre - RS e utilizado para locação a terceiros.

O imóvel está avaliado pelo seu valor justo. A avaliação foi realizada por empresa de consultoria independente, a qual emitiu laudo técnico de avaliação para a data base de 31 de dezembro de 2012. O laudo emitido está em conformidade com o ICPC 10 e foi aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia.

Na avaliação da propriedade para investimentos por seu valor justo foi utilizado o método de fluxo de caixa descontado a uma taxa de 10,06% a.a. Para tanto, foram consideradas certas estimativas, tais como, projeção das receitas de aluguéis, das despesas de manutenção e conservação, de pessoal e dos gastos gerais. As estimativas estão sujeitas a incertezas, podendo gerar efeitos nos resultados futuros em decorrência de suas variações.

O ajuste inicial foi reconhecido na conta de lucros acumulados e a seguir transferido para a conta de ajuste patrimonial dentro do patrimônio líquido. Sobre o valor do ajuste foi deduzida a parcela de imposto de renda e contribuição social, transferido para a conta imposto de renda e contribuição social diferidos no passivo não circulante.

No corrente exercício não foram realizadas aplicações no imóvel de propriedade para investimentos que resultassem em melhorias e/ou aumento de área.

Os gastos operacionais diretos com a propriedade para investimento no corrente exercício foram de R\$ 1.268 e recuperado integralmente dos condôminos.

9 Investimentos em controladas

			Trevisa	
	Navegação	Trevo	Operadora	
	Aliança	Florestal	Portuária	
Capital social	11.100	6.750	100	
Patrimônio líquido	51.228	46.547	98	
Quotas possuídas (milhares)	11.099	4.692	50	
Percentual de participação direto	99,999	69,507	50	
Resultado líquido do exercício	2.945	3.199	(2)	
Mutação nas contas				Total
Saldos em 31 de dezembro de 2010	47.875	32.740	50	80.665
Equivalência patrimonial	5.008	2.298	2	7.308
Distribuição de lucros	(1.100)	(2.803)	(2)	(3.905)
Saldos em 31 de dezembro de 2011	51.783	32.235	50	84.068
Equivalência patrimonial	2.945	2.223	(1)	5.167
Distribuição de lucros	(3.500)	(2.104)		(5.604)
Saldos em 31 de dezembro de 2012	51.228	32.354	49	83.631

O controle indireto das controladas Trevo Florestal Ltda. e Trevisa Operadora Portuária Ltda. é exercido pela controlada Navegação Aliança Ltda. que detêm respectivamente as participações de 30,493% e 50,00% dessas empresas.

10 Imobilizado

a. Composição do imobilizado

Controladora

				31/12/2012			31/12/2011
	Taxa de Depreciação		Depreciação			Depreciação	
	(%)	Custo	Acumulada	Líquido	Custo	Acumulada	Líquido
Equipamentos							
e instalações	10	858	(573)	285	841	(497)	344
Veículos	20	75	(75)	-	75	(75)	-
Móveis e							
utensílios	10	153	(69)	84	124	(57)	67
Em andamento		658		658	550		550
		1.744	(717)	1.027	1.590	(629)	961

Consolidado

<u></u>				31/12/2012			31/12/2011
	Taxa de Depreciação		Depreciação	_		Depreciação	
	(%)	Custo	Acumulada	Líquido	Custo	Acumulada	Líquido
Terras, Terrenos e							
Prédios		16.796	(396)	16.400	16.796	(368)	16.428
Equipamentos,							
Instalações	10	5.183	(3.052)	2.131	4.813	(2.648)	2.165
Veículos	10 a 20	6.088	(4.475)	1.613	6.049	(4.003)	2.046
Móveis e							
utensílios	10 a 20	1.592	(1.082)	510	1.539	(915)	624
Embarcações	5 a 10	99.060	(43.561)	55.499	90.911	(37.124)	53.787
Em andamento		2.467		2.467	5.752		5.752
		131.186	(52.566)	78.620	125.860	(45.058)	80.802

$b. \;\;$ Movimentação do imobilizado

Controladora

	Móveis e utensílios	Máquinas e equipamentos	Veículos	Ativos em andamento	Total
Custo					
Saldo em 31 de dezembro de 2010	121	831	97	46	1.095
Adições	3	10	- (22)	504	517
Baixas			(22)		(22)
Saldo em 31 de dezembro de 2011	<u>124</u>	<u>841</u>	75	<u>550</u>	1.590
Adições	29	17	-	108	154
Saldo em 31 de dezembro de 2012	153	858	75	658	1.744
Depreciações					
Saldo em 31 de dezembro de 2010	45	422	97	- _	564
Depreciação	12	75	-	-	87
Baixas			(22)		(22)
Saldo em 31 de dezembro de 2011	57	497	75		629
Depreciação	12	76			88
Saldo em 31 de dezembro de 2012	69	573	75		717
Valor contábil líquido	_				
Em 31 de dezembro de 2010	76	409	-	46	531
Em 31 de dezembro de 2011	67	344	-	550	961
Em 31 de dezembro de 2012	84	285		658	1.027

Consolidado

Custo	Terras, terrenos e edificações	Móveis e utensílios	Máquinas e equipamentos	Veículos	Embarcações	Ativos em andamento	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2010	16.796	1.385	4.707	5.688	84.710	2.489	115.775
Adições	-	182	62	1.012	175	10.047	11.478
Baixas	-	(28)	(20)	(651)	(694)	-	(1.393)
Transferências	-	-	64	-	6.720	(6.784)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2011	16.796	1.539	4.813	6.049	90.911	5.752	125.860
Adições	-	54	120	469	-	5.215	5.858
Baixas	-	(1)	(13)	(430)	(88)	-	(532)
Transferências			263		8.237	(8.500)	
Saldo em 31 de dezembro de 2012	16.796	1.592	5.183	6.088	99.060	2.467	131.186
Saldo em 31 de dezembro de 2010 Depreciação	341 27	769	2.258 410	3.724 876	4.984	-	39.470 6.457
Baixas		(14)	(20)	(597)	(238)		(869)
Saldo em 31 de dezembro de 2011	368	915	2.648	4.003	37.124		45.058
Depreciação	28	167	417	769	6.501	-	7.882
Baixas			(13)	(297)	(64)		(374)
Saldo em 31 de dezembro de 2012	396	1.082	3.052	4.475	43.561		52.566
Valor contábil líquido							
Em 31 de dezembro de 2010	16.455	616	2.449	1.964	52.332	2.489	76.305
Em 31 de dezembro de 2011	16.428	624	2.165	2.046	53.787	5.752	80.802
Em 31 de dezembro de 2012	16.400	510	2.131	1.613	55.499	2.467	78.620
							

A Companhia e suas controladas não identificaram indicadores que pudessem reduzir o valor de realização de seus ativos em 31 de dezembro de 2012.

Em garantia dos financiamentos bancários das controladas, foram oferecidos, além do aval da Controladora, bens do imobilizado cujo valor contábil total é de R\$ 45.822 a seguir descriminados:

	Valor de
	Custo
Embarcações	41.603
Veículos transportadores	2.364
Bem imóvel	1.060
Máquinas e equipamentos	795
	45.822

11 Fornecedores

Os saldos demonstrados em fornecedores no passivo circulante no montante de R\$ 155 (178 em 2011) na controladora e R\$ 919 (R\$ 1.699 em 2011) no consolidado, são provenientes de compras no mercado nacional cujo prazo médio de pagamento é de aproximadamente 45 dias.

12 Encargos sociais e tributários a pagar

Representam obrigações correntes representadas por:

	Contro	ladora	Consolidado		
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011	
Previdência social e FGTS	25	23	396	377	
Salários a pagar	-	-	-	4	
Obrigações processuais	-	-	19	13	
Provisão para férias, 13º salário e encargos	71	87	1.634	1.980	
Obrigações sociais e trabalhistas	96	110	2.049	2.374	
Tributos correntes	61	59	257	352	
Tributos correntes	61	59	257	352	
		465			
	157	169	2.306	2.726	

13 Financiamentos bancários

Consolidado					
31/12	2/2012	31/12	/2011		
	Não		Não		
Circulante	Circulante	Circulante	Circulante		
1.728	12.420	1.726	14.038		
287	2.563	288	2.851		
-	-	1.199	-		
81	108	81	189		
36	6	40	41		
170	-	-	-		
501	1.531	-	-		
226	4.808	-	-		
93	247	147	340		
96	110	163	206		
74	216	74	290		
26	27	24	54		
55	198	<u> </u>			
3.373	22.234	3.742	18.009		
	1.728 287 - 81 36 170 501 226	31/12/2012 Não Circulante Não Circulante 1.728 12.420 287 2.563 - - 81 108 36 6 170 - 501 1.531 226 4.808 93 247 96 110 74 216 26 27 55 198	31/12/2012 Não Circulante Circulante 1.728 12.420 1.726 287 2.563 288 - - 1.199 81 108 81 36 6 40 170 - - 501 1.531 - 226 4.808 - 93 247 147 96 110 163 74 216 74 26 27 24 55 198 -		

- I Contrato de financiamento para a construção da embarcação "Germano Becker", firmado em junho de 2005. Está sendo amortizado mensalmente e seu último vencimento será em setembro de 2018. Sobre 80% do principal do financiamento, incidem juros de acordo com a TJLP, acrescida de 3,5% ao ano e, sobre os demais 20% do principal, variação cambial e juros de 3,5% ao ano. O bem financiado foi dado em garantia hipotecária.
- II Contrato de financiamento para a construção da embarcação "Frederico Madörin", firmado em outubro de 2008. O principal, juntamente com os encargos, está sendo amortizado mensalmente e seu último vencimento é novembro de 2022. Os encargos são calculados com base na variação da TJLP acrescida de juros de 3,3 % ao ano. O bem financiado foi dado em garantia hipotecária.
- III Contrato de financiamento para construção da embarcação "Frederico Madörin", firmado em outubro de 2008. O principal, juntamente com os encargos, está sendo amortizado em 143 parcelas mensais e seu último vencimento ocorrerá em novembro de 2022. Os encargos são calculados com base na variação da TJLP acrescido de 3,8% ao ano. Em garantia dos financiamentos, a embarcação "Trevo Roxo" foi alienada fiduciariamente em favor da Caixa/RS, além disso, foi concedido o aval da Companhia.
- IV Referia-se a 2 (dois) contratos de capital de giro com amortizações mensais e liquidado em janeiro de 2012. Incidiam encargos de 1,18 e 1,19% ao mês.

- V Contrato de financiamento para aquisição de equipamentos, firmado em agosto de 2010. Está sendo amortizado mensalmente e, seu último vencimento ocorrerá em abril de 2015. Incidem juros de 4,5% ao ano. Em garantia do financiamento, os bens financiados foram alienados fiduciariamente em favor da Instituição financeira e aval da Controladora.
- VI Contrato de financiamento para aquisição de equipamentos, firmado em novembro de 2008, com amortizações mensais até setembro de 2013. Incidem juros de acordo com a TJLP, acrescida de 4,4% ao ano. Em garantia do financiamento, o bem financiado foi alienado fiduciariamente em favor da Instituição financeira e aval da Controladora.
- VII Contrato de financiamento para aquisição de equipamentos, firmado em março de 2009, com amortizações mensais até março de 2014. Incidem juros de acordo com a TJLP, acrescida de 4,4% ao ano. Em garantia do financiamento, o bem financiado foi alienado fiduciariamente em favor da Instituição financeira e aval da Controladora.
- VIII Refere-se a 1 (um) contrato de financiamento de equipamento, com amortizações mensais, sendo que o último vencimento ocorrerá em agosto de 2016. Incidem juros de 6,5% ao ano. Em garantia do financiamento, o bem financiado foi alienado fiduciariamente em favor da Instituição financeira e aval da Controladora.
- IX Referem-se a 10 (dez) contratos de financiamentos de equipamentos e veículos transportadores, com amortizações mensais, sendo o último vencimento em junho de 2015. Incidem, em 6 (seis) contratos, atualização monetária de acordo com a variação da TJLP acrescido de juros de 4% ao ano e em 4 contratos, juros de 4,5% a 7% ao ano. Em garantia dos financiamentos, os bens financiados foram alienados fiduciariamente em favor da Instituição financeira e aval da Controladora.
- X Referem-se a 4 (quatro) contratos de financiamentos de veículos transportadores, com vencimentos mensais, sendo que o último vencimento ocorrerá em novembro de 2016. Incidem juros de 5,5% ao ano. Em garantia dos financiamentos, os bens financiados foram alienados fiduciariamente em favor da Instituição financeira e aval da Controladora.
- XI Refere-se a um contrato de financiamento de veículo a ser amortizado em 48 parcelas mensais, sendo que o vencimento da última parcela ocorrerá em março de 2015. Incidem juros de 1,02% ao mês.
- XII Refere-se a um contrato de capital de giro a ser amortizado em 12 (doze) parcelas mensais, sendo que o último vencimento ocorrerá em abril de 2013. Incidem encargos de 0,996% ao mês. Em garantia foi dado aval da Controladora.
- XIII Refere-se a um contrato de financiamento de plantio a ser amortizado em 6 (seis) parcelas semestrais, vencendo a primeira em janeiro de 2013 e a ultima em julho de 2015. Incide encargos de 5,50% ao ano. Em garantia foi dado aval da Controladora.

XIV – Refere-se a um contrato de capital de giro, modalidade PROGEREN, a ser amortizado em 31 (trinta e uma) parcelas mensais a partir de abril de 2013 e seu último vencimento ocorrerá em outubro de 2015. Incidem encargos de acordo com a TJLP acrescida de 3,5% ao ano. Em garantia foi dado aval da Controladora.

XV - Refere-se a um contrato de capital de giro, modalidade PROGEREN, a ser amortizado em 24 (vinte e quatro) parcelas mensais a partir de dezembro de 2013 e seu último vencimento ocorrerá em novembro de 2015. Incidem encargos de acordo com a TJLP acrescida de 3,5% ao ano. Em garantia hipotecária foi dado imóvel em Rio Grande/RS de propriedade da Controlada Trevo Florestal Ltda e aval da Controladora.

Contratos de Mútuos com terceiros

No passivo não circulante consolidado estão registrados contratos de mútuos no montante de R\$ 2.177 (R\$ 3.176 em 2011), obtidos junto a acionistas da controladora. As taxas de remuneração são de 1,2 e 1,3% ao mês a título de variação monetária e juros. Seu último vencimento foi repactuado para abril de 2014.

14 Impostos a pagar – Refis

Foram incluídos no programa de parcelamento - REFIS, o imposto de renda, a contribuição social, imposto de renda retido na fonte, encargos previdenciários, PIS e COFINS. O saldo devedor está sendo atualizado pela TJLP e amortizado, mensalmente, na base de 1,2% do faturamento bruto. A classificação de circulante e não circulante foi definida conforme estimativa de faturamento da Companhia e não foram registrados ajustes a valor presente, pois os valores são atualizados mensalmente. Em garantia do débito foi oferecido o imóvel de propriedades para investimentos (Nota Explicativa 8).

15 Imposto de renda e contribuição social diferido

	Contro	ladora	Conso	lidado
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Impostos incidentes sobre: Propriedades para investimentos	3.644	3.644	3.644	3.644
Terra nua Reserva de reavaliação de embarcações	-		4.118 1.236	4.118 1.381
	3.644	3.644	8.998	9.143

O imposto de renda e a contribuição social diferidos, incidentes sobre propriedades para investimentos e terra nua, foram apurados sobre o valor justo contabilizado desses bens por ocasião da adoção inicial dos novos pronunciamentos contábeis e serão realizados quando de sua alienação. O imposto sobre reserva de reavaliação de embarcações contabilizada em 1991 é amortizado por depreciação, baixa ou venda. A parcela realizada do imposto tem como contrapartida uma conta de resultado denominada "Reversão de impostos sobre reserva de reavaliação".

16 Provisão para contingências

	Controla	Controladora		dado
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Trabalhistas	-	-	667	607
Saturnismo (1)	2.330	3.700	2.330	3.700
Meio ambiente (2)	1.718	2.254	1.718	2.254
Cível	<u> </u>	<u>-</u>	500	670
	4.048	5.954	5.215	7.231

No decorrer de 2012, nas controladas Navegação Aliança Ltda. e Trevo Florestal Ltda., foram constituídas provisões trabalhistas no montante de R\$ 220, pago R\$ 160 e revertida uma provisão cível de R\$ 170.

Na Controladora foi constituída provisão de R\$ 94 para Saturnismo e realizados pagamentos no montante de R\$ 2.000, sendo R\$ 1.464 de Saturnismo e R\$ 536 de Meio Ambiente.

a. Controladora

Todos os processos judiciais contra a controladora se referem a passivos originados em uma ex-controlada do grupo, denominada "Plumbum Mineração e Metalúrgica Ltda.".

Processos trabalhistas (1)

São representados por processos tramitando em primeira e segunda instância no estado da Bahia. Os pedidos são exclusivamente de danos por eventual exposição e contaminação por metais pesados. Os consultores jurídicos da Companhia entendem que todos os processos podem ser considerados com perda provável. A Administração, juntamente com esses consultores jurídicos, entende que os valores provisionados são suficientes para cobrir eventuais prejuízos em decisões desfavoráveis.

Outros processos - (ação civil pública – meio ambiente) (2)

São representados por três processos, dos quais, dois tramitando na 3° Vara Federal de Salvador e um na Vara Cível da Comarca de Apiaí, SP, que já possui sentença para executar os trabalhos de recuperação do solo. As partes envolvidas são: Ministério Público Federal da Bahia, Ministério Público Estadual da Bahia e de São Paulo. O objeto específico dos processos é o de mitigar eventuais danos causados ao meio ambiente pela ex-controlada Plumbum. A Administração, com base na opinião e pareceres dos seus consultores jurídicos e de meio ambiente, entende que existe a probabilidade de perda para os dois processos ainda não julgados e que o valor das provisões ora atribuídas é suficiente para cobrir eventuais prejuízos.

b. Controladas

Navegação Aliança Ltda.

Processos trabalhistas

São representados por processos instaurados em diversas varas trabalhistas do Estado do RS entre os anos de 2003 a 2012, dos quais 21 se encontram em 2ª instância. As principais postulações, entre outras, incluem diferenças de horas extras, equiparação salarial, adicionais e danos morais. São considerados como perdas prováveis e a Administração, amparada nas opiniões e pareceres dos consultores jurídicos, entende que o valor da provisão constituída é suficiente para cobrir eventuais prejuízos em decisões desfavoráveis.

Processos cíveis

Constituído por um processo que tramita na Vara Cível da Comarca de Taquari - RS e outro tramitando na Vara de Acidente de Trabalho da Comarca de Porto Alegre - RS, movidos por dois ex-colaboradores da controlada. Um dos processos encontra-se pendente de recurso em 2° instância e o outro pendente de recurso para o STJ. As postulações referem-se a dano moral e patrimonial por acidente de trabalho. Na opinião dos consultores jurídicos da Companhia, a perda é considerada provável. Foi constituída provisão em montante julgado suficiente para cobrir possíveis perdas.

Trevo Florestal Ltda.

Processos trabalhistas

Representado por duas demandas que tramitam na Comarca de Rio Grande - RS, cujo objeto é, entre outros, diferença de horas extras e adicionais. A perda é considerada como provável e a Administração da controlada constituiu provisão que entende como satisfatória para cobrir eventuais perdas.

17 Dividendos obrigatórios

Conforme artigo 27 do Estatuto Social da controladora o dividendo mínimo obrigatório corresponde a 25% do lucro liquido ajustado. O dividendo obrigatório do exercício findo em 31 de dezembro de 2011, no montante de R\$ 1.605, aprovado na assembleia de 27 de abril de 2012, foi pago em 04 de julho de 2012.

Os dividendos do corrente exercício no montante de R\$ 1.619 e do exercício anterior foram calculados conforme a seguir demonstrado:

Controladora e Consolidado	2012	2011
Lucro líquido	4.481	6.953
Reserva legal: (5%)	(224)	(348)
Lucro após reserva legal	4.257	6.605
Reversão de reservas:		
Reserva de reavaliação	282	290
Lucros realizados sobre ajuste de ativos biológicos	3.413	3.181
Lucros a realizar sobre ajuste de ativos biológicos	(3.583)	(3.656)
Base de cálculo dos dividendos de 25%	4.369	6.420
Dividendos obrigatórios	1.092	1.605
Dividendos complementares	527	-
Total dos dividendos	1.619	1.605
Dividendo por ação:		
Ordinária	0,880	0,867
Preferencial	0,968	0,954
Dividendo total por classe de ação:		
Ordinárias	675	665
Preferenciais	944	940
	1.619	1.605

18 Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social é de R\$ 20.000 e está representado por 766.000 ações ordinárias e 985.200 ações preferenciais sem valor nominal. As ações preferenciais sem direito a voto, tem prioridade no reembolso, em caso de liquidação da Companhia e recebem dividendos 10% superiores àqueles atribuídos às ações ordinárias.

b. Reserva de reavaliação

Com base nas disposições da Deliberação CVM 27/86, é mantido o saldo desta conta, que representa equivalência patrimonial reflexa calculada sobre a reavaliação de embarcações contabilizada no ano de 1991, pela controlada Navegação Aliança Ltda.

É realizada por depreciação, baixa ou alienação dos bens reavaliados. O valor realizado é transferido para a conta de lucros acumulados.

A Companhia optou por manter a Reserva de Reavaliação até a sua efetiva realização, em concordância com a Lei 11.638/07.

c. Reserva de lucros

i. Reserva legal

De acordo com a legislação societária brasileira, a Companhia deve destinar 5% do lucro líquido do exercício, até o limite de 20% do capital social, para constituição da reserva legal; ou poderá, a critério da Companhia, constituir até o limite de 30% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social da Companhia e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital, caso seja determinado pela Assembleia de Acionistas.

ii. Retenção de lucros

Representa os efeitos pelo reconhecimento dos ativos biológicos a valor justo. A Companhia optou em reconhecer seus efeitos, como retenção de lucros, até serem realizados econômica e financeiramente. Quando realizados são transferidos para lucros acumulados para distribuição.

iii. Ajuste de avaliação patrimonial

Representa o efeito da aplicação do custo atribuído a terra nua onde estão localizados os hortos florestais da controlada Trevo Florestal Ltda. e sobre o valor justo de propriedade para investimentos na controladora. Os valores estão demonstrados líquidos dos impostos.

iv. Reserva de investimentos e/ou reforço de capital de giro
 Representa retenções de lucros destinados a investimentos e reforço de capital de giro.

d. Ações em tesouraria

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 15 de agosto de 2012, foi autorizado nos termos do parágrafo 3º, letra 'g', art. 14 do estatuto social e Instrução CVM nº 10/80, conforme alterações posteriores e demais disposições legais vigentes, a aquisição de até 49.632 ações preferenciais sem valor nominal de sua própria emissão para cancelamento, alienação ou manutenção em tesouraria. O saldo em 31 de dezembro de 2012 no montante de R\$ 421, é representado por 10.200 ações preferenciais ao custo médio unitário de R\$ 41,31 (quarenta e um reais e trinta e um centavos), foram adquiridas em leilão na Bolsa de Valores em 18 de dezembro de 2012. O valor das ações em tesouraria calculado com base na última cotação em bolsa, anterior a data de encerramento do exercício social não teve alteração.

19 Receita operacional líquida

A receita liquida é composta como segue:

	Contro	Controladora		lidado
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Vendas de serviços Vendas de produtos Receita de locações	- - 1.855	- - 1.745	40.101 7.939 1.566	44.331 10.778 1.449
Descontos Impostos sobre vendas	(183)	(1) (163)	(56) (2.169)	(65) (2.976)
Receita Líquida	1.672	1.581	47.381	53.517

20 Custos e despesas por natureza

O quadro abaixo demonstra a composição dos principais gastos:

	Controla	dora	Consolidado		
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011	
Gastos com pessoal	(1.116)	(1.004)	(16.013)	(16.423)	
Combustível e lubrificantes	-	-	(5.847)	(6.574)	
Gastos com manutenções	-	-	(2.559)	(2.513)	
Custo afretamento	-	-	-	(304)	
Portuárias	-	-	(171)	(170)	
Resíduos de serraria	-	-	(208)	(589)	
Serviço de estiva	-	-	(1.576)	(1.723)	
Armazenagem e descarga	-	-	-	(159)	
Depreciação	(88)	(87)	(7.882)	(6.457)	
Amortização de ativos biológicos	-	-	(3.101)	(4.411)	
Frete	-	-	(123)	(456)	
Seguro	(2)	-	(775)	(986)	
Viagens	(25)	(38)	(86)	(131)	
Publicações	(73)	(72)	(73)	(96)	
Vistorias	-	-	(213)	(206)	
Honorários e serviços terceiros	(326)	(241)	(1.425)	(1.895)	
Água e energia elétrica	-	-	(159)	(244)	
Comunicações	(9)	(9)	(240)	(250)	
Material de exp. e sistemas	-	-	(230)	(284)	
Impostos e taxas	(71)	(64)	(289)	(280)	
Materiais e serviços	-	· · ·	(697)	(614)	
Rebocador	_	_	(1.021)	(1.066)	
Despesas contenciosas	(574)	(373)	(634)	(303)	
Despesas de condomínio	19	(16)	19	(16)	
Outros gastos administrativos	(24)	(40)	(141)	(1.544)	
	(2.289)	(1.944)	(43.444)	(47.694)	
Distribuição:					
Custos das vendas e serviços	-	-	(36.176)	(39.534)	
Remuneração dos administradores	(925)	(835)	(1.593)	(1.447)	
Despesas administrativas	(1.364)	(1.109)	(5.675)	(6.713)	
	(2.289)	(1.944)	(43.444)	(47.694)	

21 Outras receitas (despesas) operacionais

	Controladora		Conso	lidado
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Venda de bens permanentes	-	9	250	1.375
Receitas diversas	130	61	717	132
Valor justo dos ativos biológicos	-	-	3.583	3.656
Amortização da aquisição de participação				
de acionistas não controladores		165		165
Outras receitas operacionais	130	235	4.550	5.328
Custo da baixa de bens permanentes	_	_	(157)	(524)
Outras despesas operacionais			(157)	(524)
Outras receitas (despesas) operacionais	130	235	4.393	4.804

22 Despesas financeiras líquidas

	Controladora		Conso	lidado
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Receita financeira de aplicações	17	8	207	424
Outras receitas financeiras	9	4	60	36
Receitas financeiras	26	12	267	460
Variação monetária contratos de mútuo	-	-	(483)	(462)
Despesas bancárias	(3)	(3)	(45)	(22)
Encargos Refis	(222)	(236)	(222)	(236)
Juros e variações monetárias	-	-	(2.422)	(2.317)
Despesas financeiras	(225)	(239)	(3.172)	(3.037)
Despesas financeiras líquidas	(199)	(227)	(2.905)	(2.577)

23 Instrumentos financeiros

a. Classificação dos instrumentos financeiros

Todas as operações com instrumentos financeiros estão integralmente reconhecidas contabilmente e são classificados como sujeitos a atualização por custo amortizado e, de acordo com a avaliação da Administração, não existem instrumentos financeiros classificados em outras categorias. Os principais instrumentos financeiros da Companhia em aberto em cada data base são os seguintes:

	31/12/2012	31/12/2011
Ativo		
Caixa e equivalentes de caixa	5.107	2.812
Contas a receber de clientes	1.795	2.027
Adiantamentos a fornecedores	206	48
Outros créditos a receber	449	399
	7.557	5.286
Passivo		
Empréstimos e financiamentos	(25.607)	(21.751)
Fornecedores	(919)	(1.699)
Transações com partes relacionadas	(2.177)	(3.176)
	(28.703)	(26.626)

A Companhia não contratou instrumentos financeiros derivativos durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011 e não mantém saldos em aberto referentes a estes instrumentos nestas datas.

b. Riscos de crédito

Exposição a riscos de crédito

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro. A Companhia e suas controladas estão expostas aos riscos de crédito em suas atividades operacionais com as contas a receber e de aplicação de recursos, incluindo depósitos em bancos e instituições financeiras, aplicações financeiras e outros instrumentos financeiros contratados.

Conforme demonstrado na Nota Explicativa 4, a Companhia reconhece provisão para créditos de liquidação duvidosa para cobrir o risco de crédito.

Os valores contábeis dos ativos financeiros apresentados no item (a) acima representam a exposição máxima do crédito.

c. Risco de liquidez

A seguir, estão as maturidades contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados em 31 de dezembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011:

31 de dezembro de 2012	Valor contábil	Fluxo de caixa contratual	2013	2014	2015	2016 a 2022
Passivos financeiros não derivativos						
Empréstimos e financiamentos	25.607	33.745	5.010	7.631	6.689	14.415
Fornecedores	919	919	919	-	-	-
Transações com partes relacionadas	2.177	2.622		2.622		
Total	28.703	37.286	5.929	10.253	6.689	14.415

31 de dezembro de 2011	Valor contábil	Fluxo de caixa contratual	2012	2013	2014	2015 a 2022
Passivos financeiros não derivativos						
Empréstimos e financiamentos	21.751	30.109	4.568	3.911	3.464	18.166
Fornecedores	1.699	1.699	1.699	-	-	-
Transações com partes relacionadas	3.176	4.501			4.501	
Total	26.626	36.309	6.267	3.911	7.965	18.166

d. Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de juros, impactam nos ganhos da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições aos riscos, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

e. Risco de taxa de juros

Perfil

Na data das demonstrações contábeis, os instrumentos financeiros da Companhia, remunerados a uma taxa de juros, estão a seguir apresentados pelo valor contábil:

	Valor contábil		
	31/12/2012	31/12/2011	
Instrumentos de taxa variável			
Ativos financeiros	4.848	2.595	
Passivos financeiros	(27.784)	(24.927)	

Análise de sensibilidade de valor justo para instrumento de taxa fixa

A Companhia não contabiliza nenhum ativo ou passivo financeiro de taxa de juros fixa pelo valor justo por meio do resultado, e a Companhia não designa derivativos (*swaps* de taxa de juros) como instrumentos de proteção sob um modelo de contabilidade de *hedge* de valor justo. Portanto, uma alteração nas taxas de juros na data de relatório não alteraria o resultado.

Análise de sensibilidade de fluxo de caixa para instrumentos de taxa variável

Um aumento de 1% nas taxas de juros, na data das demonstrações financeiras, não teria reflexo relevante no patrimônio e no resultado dos exercícios findos em 2012 e 2011 de acordo com os montantes mostrados abaixo. A análise considera que todas as outras variáveis são mantidas constantes.

	Patrimônio líquido e resultado do exercício	Patrimônio líquido e resultado do exercício
Análise de sensibilidade taxa variável (1%)	31/12/2012	31/12/2011
Alteração na taxa de juros sobre financiamentos	230	223

f. Valor justo

Os valores justos dos ativos e passivos financeiros, sujeitos a atualização monetária, juntamente com os valores contábeis apresentados no balanço patrimonial, são os seguintes:

	31 de dezembro de 2012		31 de dezembro de 2011	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Caixa e equivalentes de caixa	5.107	5.107	2.812	2.812
Transações com partes relacionadas	2.177	2.177	3.176	3.176
Financiamentos e empréstimos	25.607	25.607	21.751	21.751

Na avaliação do valor justo dos instrumentos financeiros, foram consideradas as seguintes premissas pela Administração da Companhia:

Caixa e equivalentes de caixa

As aplicações financeiras possuem liquidez diária com recompra considerando remuneração prevista na curva de rendimento do instrumento e, desta forma, seu valor contábil reflete seu valor justo.

Transações com partes relacionadas

A operação é contratada a encargos fixos e o montante demonstrado representa o saldo devido nas datas das demonstrações.

Financiamentos e empréstimos

Os valores apresentados nas demonstrações financeiras representam o valor justo dos empréstimos e financiamentos, uma vez que, a Companhia, apropria os encargos pelo prazo decorrido.

24 Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, consequentemente não foram examinadas pelos auditores independentes.

25 Segmentos operacionais

As atividades operacionais são desenvolvidas de forma autônoma em cada uma das empresas as quais, de forma resumida a seguir relatamos:

Atividade de transporte aquaviário

É desenvolvida pela controlada Navegação Aliança Ltda. com uma frota de 15 embarcações com capacidade estática de 50 mil toneladas ou o equivalente a mais de 2.500 caminhões. A capacidade varia de 1,4 a 5,2 mil toneladas por embarcação. Todas contam com tecnologia de ponta em segurança, como a navegação por satélite e sofisticados equipamentos de navegação que contribuem para uma navegação mais econômica e segura.

Transporta cargas entre Taquari, Porto Alegre e Estrela para Rio Grande, principalmente cavaco de madeira e soja (grãos e farelo) e, no sentido Rio Grande a Porto Alegre, basicamente fertilizante e trigo importado da Argentina. Existem ainda outras cargas em menor volume como sal, celulose, cevada, clínquer, arroz e carvão.

Atividade de reflorestamento

É desenvolvida pela Trevo Florestal Ltda., que conta com uma área aproximada de 12 mil hectares ao sul de Rio Grande - RS. Despontando como uma das grandes representantes do setor de reflorestamento regional, produz pinus e eucalipto em cerca de 5.500 hectares plantados em uma área própria, junto à Reserva Ecológica do Taim - RS. São aproximadamente 15 quilômetros de costa marítima administrados com uma filosofia de harmonia entre os processos de trabalho, meio ambiente e comunidade local.

Um dos principais objetivos de suas atividades é manter-se como uma referência nacional no gerenciamento autossustentável de florestas plantadas, gerando produtos florestais com qualidade através da melhoria contínua.

Em 2007, a Trevo Florestal Ltda., passou a produzir biomassa a partir de resíduos florestais que contribuem para a substituição da queima de combustíveis fósseis, diminuindo a emissão de poluentes e contribuindo para a preservação do meio ambiente.

Atividade de locação de salas

É operada pela controladora que é proprietária de um imóvel em Porto Alegre - RS, com área aproximada de 9.000 m², cujas salas comerciais são destinadas à locação.

Demonstramos nos quadros a seguir os resultados operacionais por segmento:

a. Resultados operacionais por segmento em 31/12/2011

	Navegação Aliança	Trevo Florestal	Trevisa Operadora	Trevisa Investimentos	Consolidado
Venda líquida de produtos	-	10.226	-	-	10.226
Venda líquida de serviços	41.786	-	220	-	42.006
Receita de locações	-	-	-	1.581	1.285 (a)
Custos dos serviços e produtos					
vendidos	(30.435)	(8.889)	(210)		(39.534)
Lucro bruto	11.351	1.337	10	1.581	13.983
Despesas administrativas	(5.030)	(1.473)	(9)	(1.944)	(8.160) (b)
Outras receitas (despesas)					
operacionais	797	115	1	235	1.148
Ajuste a valor justo	-	3.656	-	-	3.656
Equivalência patrimonial	1.010			7.308	
Resultado antes dos efeitos					
financeiros	8.128	3.635	2	7.180	10.627
Receitas financeiras	344	100	4	12	460
Despesas financeiras	(2.711)	(86)	(1)	(239)	(3.037)
Resultado antes dos impostos	5.761	3.649	5	6.953	8.050

⁽a) A receita de locação no consolidado está reduzida do aluguel recebido de controladas no montante de R\$ 296.

⁽b) A despesa administrativa no consolidado está reduzida do aluguel pago a controladora no montante de R\$ 296.

b. Resultados operacionais por segmento em 31/12/2012

	Navegação Aliança	Trevo Florestal	Trevisa Operadora	Trevisa Investimentos	Consolidado
			_ орогии		
Venda líquida de produtos	-	7.584	-	-	7.584
Venda líquida de serviços	38.414	-	-	-	38.414
Receita de locações	-	-	-	1.672	1.383 (a)
Custos dos serviços e produtos vendidos	(29.694)	(6.482)	_	-	(36.176)
•	,	, ,		1 672	, ,
Lucro bruto	8.720	1.102	-	1.672	11.205
Despesas administrativas	(4.001)	(1.263)	(4)	(2.289)	(7.268) (b)
Outras receitas (despesas)	606	72	2	130	810
operacionais	606		2	130	
Ajuste a valor justo Equivalência patrimonial	- 975	3.583	_	5.167	3.583
Resultado antes dos efeitos		-		3.107	
financeiros	6.300	3.494	(2)	4.680	8.330
Receitas financeiras	193	48	\ - /	26	267
Despesas financeiras	(2.863)	(84)	-	(225)	(3.172)
Davids de cotos des					
Resultado antes dos impostos	3.630	3.458	(2)	4.481	5.425

- (a) A receita de locação no consolidado está reduzida do aluguel recebido de controladas no montante de R\$ 289.
- (b) A despesa administrativa no consolidado está reduzida do aluguel pago a controladora no montante de R\$ 289.

26 Operação descontinuada

O Conselho de Administração da Controladora em reunião realizada em 23 de agosto de 2011 aprovou a descontinuidade das operações da controlada Trevisa Operadora Portuária Ltda.

As demonstrações financeiras desta controlada em 31 de dezembro de 2012 apresentam:

- **a.** Um ativo total de R\$ 105 e um passivo circulante de R\$ 7 sem qualquer relevância nos balanços da controladora e do consolidado.
- **b.** Não registrou nenhuma receita no período.
- c. Apresentou um prejuízo de R\$ 2, cuja representatividade no resultado da controlada é irrelevante.
